

“A PROPÓSITO DA EPISTEMOLOGIA EM MICHEL FOUCAULT”

LUIZA HELENA M. MOLL
MESTRANDA DO CPGD/UFSC

I — NOTAS PRELIMINARES

“No fundo da prática científica existe um discurso que diz: “Nem tudo é verdadeiro; mas em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade talvez adormecida, mas que no entanto está Somente à espera de nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada. A nós cabe achar a boa perspectiva, o ângulo correio, os instrumentos necessários, pois de qualquer maneira ela está presente aqui e em todo lugar”.

Mas achamos também, e de forma tão profundamente arraigada na nossa civilização esta idéia que repugna à ciência e à filosofia: Que a verdade, como relâmpago, não nos espera onde temos a paciência de emboscá-la e a habilidade de surpreendê-la, mas que tem instantes propícios, lugares privilegiados, não só para sair da sombra como para realmente se produzir. Se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-las. Sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la, como por entre duas

nuvens. Poderíamos encontrar na nossa história toda uma tecnologia' desta verdade: levantamento de suas localizações, calendário de suas ocasiões, saber dos rituais no meio dos quais se produz" (1)

Optar por pensar em e faiar de Michel Foucault significa um desafio à reflexão séria e ao exercício de manter sempre presentes as condições epistemológicas que fundamentam os pressupostos básicos da eleição teórica deste cientista social que, em definitivo, manifesta o político que a capa de historiador pretende mascarar. Dessa teoria, que esconde sua ideologia, Foucault nos fala no trecho que saliento em epígrafe neste trabalho. Sob uma forma metafórica, em poucas palavras, temos aí e podemos entender o que para Foucault é a verdade, a ciência, como também o que para ele importa privilegiar como objeto de análise e onde buscar esse material. Também deixa subjacente um significado de ideologia que ao leitor cabe captar: É uma significação que emerge da prática, do acontecimento, a égide de um saber que existe como momento vivido, adquirindo o sentido da produção do homem (em duplo sentido) na materialidade histórica. Esse duplo sentido da produção do homem quer dizer dele como produtor e produto do seu saber, o que revela uma concepção materialista da história.

No entanto, paradoxalmente, as categorias epistemológicas inspiradas por Foucault irão revelar uma mudança de problemática que não afina com essa concepção Marxista, pois em sua trajetória despontam duas noções: de descontinuidade e antievolucionismo da história, noções essas detonadoras de uma pesquisa revolucionária que acrescenta um novo caminho à tradição epistemológica das ciências sociais.

Justamente por este motivo, buscarei explicitar o que se me apresenta como mudança de problemática ante os clássicos pares epistemológicos tratados pela corrente positivista como a antinomia ciência/ ideologia; sujeito/objeto, assim como a especificidade de uma metodologia que privilegia objetos até então desprezados, deslocando a instância ideológica para o plano das significações emergentes em dado momento histórico, como um saber localizado e articulado com as instituições sociais, através de práticas discursivas.

Para demonstrar essas afirmações, procurarei, num primeiro momento desta reflexão, dar uma visão panorâmica sobre o que consiste a obra de Foucault, no sentido de apontar os principais temas

por ele abordados, bem como evidenciar os objetos que ele analisa. Imagino que se torne evidente, então, a preocupação política latente nessa obra cuja principal contribuição foi revelar uma significação sobre o saber e o poder que dão conta da construção dos atuais indivíduos, dentro de uma sociedade como ele chama “normalizada” pela articulação saber/poder, eis que um engendra o outro.

Deste ponto, num segundo momento, extrairéi as principais categorias epistemológicas trabalhadas, com o fim de questioná-las e poder concluir que, se Foucault inegavelmente instaura um novo corpus epistemológico na história das ciências sociais, deslocando para um segundo plano o chamado “sabe nobre” científico para demonstrar que a ciência não existe sem os saberes vulgares regionais, quem sabe temos com sua obra, dita carente de uma unidade que lhe dê status de verdade, a chance de nos despirmos das ilusões diante da vida em sociedade, perdermos a ingenuidade e nos tornarmos críticos da nossa própria razão para, assim, elaborarmos esses poderes que nos perpassam e poderemos com eles conviver sem, no entanto, perdermos a nossa identidade e nosso âmbito político, pois o que realmente importa é, ao dizer da Foucault, “ter em relação a nós mesmos, ao nosso presente, ao que somos, ao aqui e agora este ceticismo que impede que se suponha que tudo isto é melhor ou que é mais do que o passado...” (1) eis que “o acontecimento não é fazer saltar aos olhos o que ninguém via?”.

De que nos serve, pois, argumentar se sua obra não dá uma explicação totalizadora para a sociedade, como pretende a tradição positivista, se a nossa realidade passa por uma prática que fica alheia a essas teorias, mas que entretanto, indiscutivelmente, é uma prática que se desenvolve numa batalha entre os saberes e o poder e este é o acontecimento que Foucault nos fez saltar aos olhos, pois ele demonstrou que “o poder em suas estratégias, ao mesmo tempo gerais e sutis, em seus mecanismos nunca foi muito estudado. Um assunto que foi ainda menos estudado é a relação entre o poder e o saber, as incidências de um sobre o outro. Admite-se, e isto é uma tradição do humanismo, que a partir do momento em que se atinge o poder, deixa-se de saber: o poder enlouquece, os que governam são cegos. E somente aqueles que estão à distância do poder, que não estão em nada ligados à tirania, fechados em duas estufas, em seus quartos, em suas meditações, podem descobrir a verdade”. (3)

II — DAS POSSIBILIDADES DO SABER SOBRE O HOMEM:

Para chegar ao entendimento de como Foucault desvenda a trama do poder e situar a distância existente.sua análise e as teses do poder/repressão localizado na concretude do Estado, é indispensável percorrer, mesmo que rapidamente, a trajetória de seu trabalho arqueológico que, chegando ao saber, abre caminho para uma genealogia do poder.

As pesquisas arqueológicas realizadas por Foucault revelam uma homogeneidade temática que se centra no homem e na sua condição de existência. Privilegiando como objeto de estudo as formações discursivas em geral, desloca a questão do conhecimento científico para os saberes, comprovando que o saber existe sem a ciência, mas esta não existe sem aquele. Saber e ciência são co-formadores.

Este procedimento é marcante nas pesquisas históricas realizadas por Foucault. Efetuando-se um corte vertical em sua análise heterogênea, percebe-se que o nível de saber que inicialmente mostra-se superficial, aprofunda-se. Assim, de uma arqueologia da percepção em “História da Loucura”, que conta do homem enquanto psique, o nível de análise se aprofunda em “Nascimento da Clínica” com uma arqueologia do olhar e da linguagem, dando conta do homem como ser psico-somático — é o nível do olhar loquaz que espacializa e verbaliza o patológico. Já em “As palavras e as coisas” como que se complementa o plano arqueológico, localizando o homem como ser social, desvendando a sua conformação através do saber. É aí que o projeto arqueológico dá conta das condições de possibilidade do surgimento das ciências humanas.

Tematizando as ciências empíricas da vida — da psiquiatria, a medicina; do trabalho, a economia; e da linguagem, a filologia — desaparecem as representações sobre o homem do campo do conhecimento e aparecem objetos — vida, trabalho, linguagem — que tomam o lugar dessas representações que são os seres vivos, as riquezas e as palavras. O aparecimento daqueles objetos é importante porque o homem toma-se objeto do saber. Estudando-os conhece-se o homem. Ao mesmo tempo, o homem descobre-se como um ser finito através das empiricidades dos saberes. “Estabelece-se assim uma correlação entre o homem como objeto e o homem como sujeito de

conhecimento que mostra justamente a dupla função que o modo de ser do homem desempenha no saber moderno.” (4)

O homem tendo a peculiaridade de ser ele mesmo objeto e sujeito de conhecimento determina e produz o saber. Esta é a configuração moderna do saber que constitui o ‘a priori’ histórico que explica o aparecimento das ciências humanas.

Instaura-se com este ‘a priori histórico’, que significa a representação do homem sobre si mesmo, o saber da modernidade materializado nas ciências empíricas constituídas pela economia, a biologia e a filologia. Isto ocorre a partir da “revolução Copernicana” originada por Kant que dá ao mundo uma nova orientação filosófica. Se no renascimento o saber estava instalado na busca de semelhanças, e na época clássica era uma ordenação das ideias em que estas explicavam-se por si mesmas, na modernidade, com a linha traçada por Kant, o saber é marcado por este duplo papel do homem — a priori histórico — onde o homem realiza sua própria representação, tendo como referência ele próprio. “O próprio sujeito é que legisla e que constitui o objeto”. (5)

A característica fundamental deste novo nível de saber é possibilitar o surgimento das ciências humanas que são constituídas por três modelos formados em pares conceituais: Função/Norma; Conflito/Regra; Significação/Sistema. Sendo que o privilégio de um deles definirá arqueologicamente a psicologia, a sociologia e os estudos da literatura e dos mitos.

Esta teoria dos três modelos tem muita importância para que se possa entender a predominância da biologia, de economia e da filologia e da lingüística como categorias de análise sobre as ciências humanas e os problemas metodológicos que então se colocam. Foucault os elucida em “Arqueologia do Saber”, onde introduzirá a noção de “épistémè”. A “épistémè” é a ordem específica do saber; é a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época e que lhe confere uma positividade enquanto saber”. (6)

A épistémè revelará ao nível da profundidade uma homogeneidade básica que possibilitará situar a relação da arqueologia com a história das ideias. Foucault objetiva com isto neutralizar as relações com o social e estabelecer as condições históricas de possibilidades internas ao próprio saber (7) que irá

caracterizar uma época por uma épistémè única que rege o conjunto das formas do saber.

Com esta resenha rápida sobre a trajetória de Foucault quero explicitar que ele se interessa fundamentalmente por evidenciar as condições de possibilidades intrínsecas do nascimento e da transformação de determinados saberes, o que o leva a rejeitar todo tipo de história que queira explicá-los a partir do exterior, do não discursivo.

Esta colocação é importante porque revela tanto o objeto de estudo de que se ocupa Foucault, qual seja, a formação discursiva dos saberes, como também porque a partir desses trabalhos mudará sua trajetória e irá na direção de explicar, ao contrário da intenção inicial, o aparecimento dos saberes a partir das condições externas aos pró-prios saberes, ou seja, que situarão os saberes como elementos de dispositivos de natureza essencialmente política.

Articulam-se, então, novos passos em sua trajetória, dando início a uma análise que ele chama de “genealogia” utilizando um termo nietzscheano. Nessa análise genealógica, processar-se-á um deslocamento de seus estudos para o espaço de aparecimento dos saberes, situados como peças de relações de poder. Neste momento, a questão metodológica dirá respeito ao poder e sua relação com o saber, e vice-versa.

Daí em diante a análise genealógica privilegiará a questão do poder em suas investigações sobre o saber em que o ponto paradigmático é o aparelho estatal.

“Estudando a formação histórica das sociedades capitalistas, através de pesquisas precisas e minuciosas sobre o nascimento da instituição carcerária e a constituição do dispositivo de sexualidade, Foucault, a partir de uma evidência fornecida pelo próprio material de pesquisa, viu delinear-se claramente uma não sinonímia entre estado e poder... aquilo que poderíamos chamar de condições de possibilidades políticas de saberes específicos, como a medicina ou a psiquiatria, podem ser encontradas, não por uma relação direta com o Estado, considerado como um aparelho central e exclusivo de poder, mas como uma articulação com poderes locais, específicos, circunscritos a uma pequena área de ação”. (8)

A análise que visa dar conta da genealogia do poder mostra as diferenças processadas no sistema estatal através das mudanças de regime político projetadas nos mecanismos gerais e nos efeitos de conjunto.

Isto se constitui numa mecânica de poder espalhada por toda a sociedade sob as formas mais peculiares e concretas, investida nas instituições, materializando-se em técnicas de dominação que atingem a realidade dos indivíduos — o seu corpo. Essas análises históricas que processam a genealogia do poder e evidenciam as condições políticas de possibilidade dos discursos sobre os saberes, estão assinaladas nos livros “Vigiar e Punir”, “A vontade de saber” e “História da Sexualidade”.

Com “Vigiar e Punir” (9) a noção que se extrai é que todo o saber é político e tem sua gênese em relações de poder. Através de práticas, e práticas que se aperfeiçoam gradativamente, o saber que se constitui não remete a um sujeito de conhecimento que seria a sua origem, mas às relações de poder que engendram. Assim, não há saber neutro.

Analisando as formações discursivas sobre o corpo dos condenados, sobre os requintes dos suplícios, sobre as técnicas, finalidades e efeitos de punição, bem como a pedagogia repressiva da sexualidade infantil (em “História da Sexualidade”), Foucault chega à noção de disciplina e desvenda o processo de disciplinamento.

“O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua rejeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se, então, uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo”. (10)

Essa “anatomia política” que se confunde com uma “mecânica do poder” compreende a distribuição do indivíduo no espaço; o controle de suas atividades; a verificação da harmonia do corpo com os gestos; bem como a articulação do corpo com o objeto manipulado na atividade e a utilização exaustiva dentro de um período fixado, da técnica que é imposta ao indivíduo.

Esses são mecanismos implantados nas fábricas, nas escolas, nas casernas. Os efeitos provocados por essas técnicas disciplinares engendram a “individualidade-célula”, a “individualidade-organismo”, a “individualidade-genética” e a “individualidade-combinatória”.

... as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de ‘progresso’. As técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de ‘gênese’. Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes ‘descobertas’ do século XVIII são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por seriação, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história (já há bom tempo ela não precisava ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal, unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações”. (11)

Percebe-se que essas são relações e esses são mecanismos e técnicas que têm sua gênese nos saberes que se formam em função de determinadas situações políticas e econômicas. Disto resulta a instauração dessa tática que se constitui na forma mais elevada da prática disciplinar, inscrita no aparato militar do exército, principalmente. Isto é importante porque segundo Foucault a política, como técnica que procura a paz e a ordem internas, utilizou-se do dispositivo do exército, da tropa “dócil e útil”, tanto para garantir a harmonia civil, como para projetar seu esquema sobre o corpo social. Assim, a partir da era clássica a grande estratégia política e militar através da qual as nações se confrontam, estende-se também no interior dos estados, exercendo o controle dos corpos e das forças individuais. Paralelamente, enquanto os militares elaboram processos para a coerção individual e coletiva dos corpos, os juristas procuram no pacto um modelo primitivo para a construção ou a reconstrução do corpo social.

Vê-se, destarte, que o poder disciplinar tem como função primordial adestrar no sentido de aproveitar mais e melhores forças, conjugando-as para utilizá-las produtivamente num todo; mas ao invés de torná-las uma massa amorfa, mantém cada força individualizada para sobre ela exercer o controle que mantém sua otimização. Tal mecanismo alastra-se e penetra todas as instituições do Estado. Tem como instrumento de ação a vigilância do olhar hierárquico e a sanção normalizadora da recompensa/castigo que se combinam através do procedimento específico do “exame”

O “exame” surge como aprimoramento da técnica disciplinar estabelecendo sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados, dando margem ao aparecimento dos registros (da psiquiatria à pedagogia, diagnóstico das doenças à contratação de mão-de-obra) e de onde emerge, conseqüentemente, todo um campo de saber. O exame é, então, o próprio mecanismo que através das relações de poder permite obter e construir um saber sobre o homem.

“O exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”. (12)

Apesar de diferirem quanto à ótica de observação, exame e disciplina (no primeiro o poder é visível, na segunda é invisível, os súditos é que são vistos) interpenetram-se marcando o momento da “troca do eixo político de individualização”. (12) Talvez estes mecanismos de poder além de toda a arquitetura do indivíduo, tenham também sido acompanhados de produções ideológicas, induzindo o conjunto social aos seus desígnios. Mas Foucault diz: “... não creio que aquilo que se forma na base sejam ideologias: é muito menos e muito mais do que isso. São instrumentos reais de acumulação do saber: métodos de observação, técnicas de registro, procedimentos de inquérito e de pesquisa, aparelhos de verificação. Tudo isto significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber, ou melhor, aparelhos de saber que não são construções ideológicas”. (13)

Aprofunda-se a análise e surge afigura arquitetural do “panóptico” de Bentham, que tem como efeito a internalização da vigilância a ponto de o indivíduo se auto-vigilar. Esse dispositivo sui-gêneris funda-se no princípio de Bentham de que o poder deve ser visível e verificável, por exemplo: o detento enxerga a torre de onde é vigiado, mas nunca sabe quando o está sendo. Assim o poder torna-se automatizado e desindividualizado, mas por uma mecânica que lhe é peculiar, introjeta no indivíduo o senso vigilante que justamente lhe individualizará. O esquema panóptico tem por vocação natural e irretocável tornar-se uma função generalizada no corpo social, instaurando uma nova física do poder.

Surge daí “o adestramento do corpo, o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso, com o objetivo de separar, comparar, distribuir,

avaliar, hierarquizar, tudo isso faz com que apareça pela primeira vez na história esta figura singular, individualizada — o Homem — como produção do poder. Mas também, e ao mesmo tempo, como objeto de saber. Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem”. (14)

Foucault, sem negar, mas contra-argumentando com os que enxergam um modelo de sociedade formada por indivíduos que se associam através das formas jurídicas abstratas do contrato e da troca, entende que “o indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação ‘ideológica’ da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a ‘disciplina’. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos, rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”. (15)

Neste ponto, percebe-se que a idéia de poder toma outra dimensão, pois que ele deixa de ser descrito pelos seus aspectos negativos de força opressora e repressora que basicamente impede e mistifica, para ser visto como uma energia que articula o real, “produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade” (16). Daí que sua produção serão o indivíduo e o conhecimento ‘que dele se pode ter.

Foucault entende que o poder seria muito frágil se sua função precípua fosse reprimir, se sua atuação se limitasse ao exercício da censura, do impedimento, da exclusão e do recalçamento, como se fosse um grande olho vigilante e ameaçador. Ao contrário, o poder é forte justamente porque produz efeitos positivos que atendem aos anseios dos indivíduos por se conhecerem, assim como produz esse saber. Isto o demonstraram inicialmente as técnicas do inquérito, mais tarde do exame, até as mais sofisticadas engrenagens disciplinares que, em concentrando-se no corpo, o conheceram e sobre ele produziram um saber fisiológico, orgânico, sociológico...

Distinguindo-se da perspectiva Marxista e também da pára-Marxista que atribuem os efeitos do poder à doutrinação subliminar das ideologias, que penetram nas consciências para moldar os indivíduos à feição dos desideratos da classe dominante, Foucault não nega validade a essa atuação mas opta por ser mais materialista estudando a questão do corpo e dos efeitos do poder sobre ele. Ele diz: “O que me

incomoda nestas análises que privilegiam a ideologia é que sempre se supõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica, que seria dotado de uma consciência de que o poder viria se apoderar”. (17)

Até essa altura do seu projeto, intui-se que a preocupação de Foucault é o “como” do poder. A partir de então, se impõe trazer à tona a questão do Direito, que obviamente é o mecanismo mais objetivo das limitações. Procurando entender os mecanismos existentes entre as regras do direito que delimitam formalmente o poder e os efeitos de verdade que este poder produz, transmite e reproduz, ele se questiona sobre que “tipo” de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos. Constatando que na sociedade “existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social, e que estas relações de poder não podem-se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (18), faz sobressair as regras de direito.

Percorrendo o campo das regras de direito, embrenhando-se nos seus meandros, o percurso de Foucault terá por objeto de análise os seus mecanismos de poder e seus efeitos de verdade e como princípio norteador, o princípio geral que diz respeito às relações entre direito e poder. Estas relações, centradas no poder real, em torno do qual se consubstancia a idéia da ‘Soberania’, é que propiciam a organização de toda a Teoria do Direito.

Entender a soberania como fulcro do direito implica mistificar a dominação exercida através do poder, ao mesmo tempo em que fazer acreditar como verdadeiros os direitos legítimos da soberania, por um lado, e a obrigação legal, por outro. Com esta idéia é que Foucault ressalta o fato da dominação “no seu íntimo e em sua brutalidade” e denuncia como o direito é o instrumento dessa dominação.

“... o direito (e quando digo direito não penso simplesmente na lei, mas no conjunto de aparelhos, instituições e regulamentos que aplicam o direito) põe em prática, veicula relações que não são relações de soberania e sim de dominação. Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre o outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício

único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social”. (19)

Porque, percebe no campo judiciário os canais permanentes de dominação e técnicas de sujeição polimorfas, Foucault ocupar-se-á em desfazer o mito da soberania. Para isto ele percorrerá cinco vertentes de análise: em primeiro lugar, ele tratará de captar o poder em suas últimas ramificações, ali onde o direito quase que não atua, ficando ao arbítrio das instituições as técnicas de normalização pela punição; em segundo lugar, ele não analisará o poder no plano da intenção ou da decisão, perguntando-se quem tem o poder e o que pretende’, mas tratará de captar a instância material da sujeição, investida em práticas reais e efetivas que produzem os súditos de um soberano, a partir da multiplicidade dos corpos, das forças, das energias, das matérias, dos desejos, dos pensamentos, etc... constituindo os sujeitos; em terceiro lugar, não tomará o poder como fenômeno de dominação maciço e homogêneo’de um indivíduo, classe, ou grupo sobre os outros, mas verificará, efetivamente, como aquilo que transfigura um corpo, gestos, discursos e desejos num indivíduo é obra dos efeitos de poder, mos-trando que “o indivíduo não é o outro do poder: é um dos seus primeiros efeitos, O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão”. (20); em quarto lugar, mostrará que o importante é fazer uma análise ascendente do poder que, partindo de mecanismos infinitesimais com suas próprias técnicas e táticas, será colonizado, utilizado, transformado e desdobrado por mecanismos cada vez mais gerais e por formas globais de dominação, ao invés de analisá-lo dedutivamente do centro para a periferia, de cima para baixo, incorrendo no risco da falsa impressão de que os mecanismos do poder capilar reproduzem o sistema central, pois, na verdade, os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder que atuam nos níveis mais baixos se deslocam, se expandem e são anexados por fenômenos mais globais. “Focalizando estas técnicas de poder e mostrando os lugares econômicos ou as utilidades políticas que delas derivam, num determinado contexto e por determinadas razões, que se pode compreender como estes mecanismos acabam efetivamente fazendo parte do conjunto” (21); e em quinto e último lugar, deslocará a questão das produções ideológicas para um plano posterior, ocupando-se essencialmente com os efeitos das relações de poder.

O entendimento das ideias desenvolvidas por Foucault nestes cinco veios de análise é fundamental porque o delta onde se irão espriar contém a materialização e, ao mesmo tempo, essa abstração que consiste num mecanismo de disciplina e num direito de soberania. Duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade.

O que Foucault objetiva comprovar com esta demonstração é que lustamente o processo de justaposição e confronto desses dois mecanismos — de um lado a organização do direito em torno da soberania e de outro o mecanismo das coerções exercidas pelas disciplinas — que possibilitou fundamentalmente o discurso das ciências humanas e que pode explicar o funcionamento global daquilo que ele chama de “sociedade de normalização”.

A idéia básica a extrair desta explanação é que “se o jurisdicismo universal da sociedade moderna parece fixar limites ao exercício dos poderes, seu panoptismo difundido em toda parte faz funcionar, ao arpejo do direito, uma maquinaria ao mesmo tempo imensa e minúscula que sustenta, reforça, multiplica a assimetria dos poderes e torna vãos os limites que lhe foram traçados. As disciplinas íntimas, os panoptismos de todos os dias podem muito bem estar abaixo do nível de emergência dos grandes aparelhos e das grandes lutas políticas. I las foram, na genealogia da sociedade moderna, com a dominação de classe que a atravessa, a contrapartida política das normas jurídicas segundo as quais era redistribuído o poder. Daí sem dúvida a importância que se dá há tanto tempo aos pequenos processos da disciplina, e essas espertezas à toa que ela inventou, ou ainda aos saberes que lhe emprestam uma face confessável; daí o receio de se desfazer delas se não lhes encontramos substituto; daí a afirmação de que estão no próprio fundamento das sociedade, e de seu equilíbrio, enquanto são uma série de mecanismos para desequilibrar definitivamente e em toda parte as relações de poder; daí o fato de nos obstinarmos a fazê-las passar pela forma humilde mas concreta de qualquer moral, enquanto elas são um feixe de técnicas físico-políticas”. (22)

O próprio Foucault considera que a situação é a de um beco sem saída, quando questiona as usurpações da mecânica disciplinar e as censões de um poder ligado ao saber científico que condiciona os corpos e os espíritos. E parece também que estas são marcas impressas nos indivíduos de maneira indelével. Os indivíduos, sob a máscara

de um pretense livre arbítrio são jungidos a desígnios que não necessariamente os seus.

III — À GUIA DE CONCLUSÕES:

Inserida nesta “sociedade normalizada” como “indivíduo disciplinado” conforme desvenda Michel Foucault em sua pesquisa arqueológica-genealógica, e refletindo sobre a epistemologia que a torna possível, uma das conclusões a que cheguei é que há um conjunto de dilemas epistemológicos não resolvidos que obstaculizam as explicações totalizadoras no campo das ciências sociais, induzindo a acreditar que a problemática social fica, quando muito, ilusoriamente solucionada.

Existem crenças, epistemológicas que atribuem esta falta de resolução prática dos problemas à certa insuficiência na maneira em que, teoricamente, se organizam os discursos das verdades nas ciências sociais. Assim, a partir de dois princípios distintos que se podem enunciar, temos, de um lado, a tradição positivista que proclama a necessidade de um maior controle conceitual, sem se dar conta, no entanto, que o impasse produz-se precisamente a partir de uma certa alienação epistemológica que não permite perceber adequadamente o papel da teoria na praxis, pois que, nessas ciências, os discursos de conhecimento são produzidos no interior das práticas profissionais. Constata-se na posição positivista mais abrangente das ciências sociais, um conhecimento de ofício que, se circunscrevendo a resolver o problema do conhecimento no conhecimento, nunca será devidamente compreendido através de uma proposta epistemológica, se não for considerado o seu valor político determinante. Essa tradição positivista, além de se preocupar com os conceitos e com sua correspondência empírica, está alheia ao emprego, nas práticas profissionais, desse discurso de conceitos como estratégia política. Paradoxalmente, preocupa-se por separar o que é ideológico daquilo que é científico, objetivando uma neutralidade, como condição de verdade, até aqui não atingida; e, no entanto, despreocupa-se com o poder de significação das ciências na materialidade social.

Certamente, o maior impasse da teoria social não é dado pelas incertezas da relação sujeito/objeto, senão que pelo desprezo em considerar o poder social do saber que emerge desta tensão antinômica.

Nesta perspectiva, os limites da ortodoxia epistemológica refletem uma indiscriminada adesão a um discurso de conceitos, costume com o qual Michel Foucault, na trilha de Bachelard e Canguilhem, irá romper, propondo em troca o estabelecimento de novas bases para uma trajetória a que se poderia atribuir o status epistemológico, calcada na análise dos saberes não hierarquizados e que eu diria das significações. Com significações quero dizer que o que ressalta da análise desses saberes é justamente aquele conjunto de significados que articulam a vida do homem em sociedade permitindo-lhe um devir que produz a condição de possibilidade para a existência da totalidade da sociedade, representada nas instituições e regime político.

Daí que se justifica, para a concretização dessa nova trajetória epistemológica, a busca de um instrumental metodológico deslocado dos pressupostos impostos pelas categorias ditas científicas, o qual foi erigido na arqueologia de Foucault e se aplicou sobre objetos até então não considerados como importantes para a observação do cientista. Esses objetos foram as formações discursivas, entendidas como tais as mais diversas manifestações de discursos enunciados dentro de âmbitos circunscritos a determinadas instituições sociais como o hospital (eram ouvidos os médicos, os loucos, os enfermeiros, os funcionários, etc...), o presídio...

Parece-me importante ressaltar que interpreto na obra de Foucault a efetiva busca de solução para os problemas sociais, ao tentar reformular os tradicionais conceitos de objetividade e verdade. Poder-se-ia dizer que o seu ponto de partida foi procurar subverter os valores epistemológicos que tradicionalmente fundamentam esses conceitos clássicos, ao privilegiar tipos de discursos organizados não em nome da verdade (como o querem os padrões científicos), mas em nome de um saber oriundo das práticas que se davam nas instituições, em função da solução dos problemas que afetavam a convivência social. Neste ponto, o dado para refletir será, prioritariamente, a significação desses saberes erigidos nas práticas discursivas, vistos como dados da própria materialidade dos discursos sociais, enunciados em função da prática e não da teoria. Foucault tem, então, um retrato crítico da história das verdades, ao mesmo tempo em que detecta seus efeitos na sociedade, encaminhando soluções para as relações sociais que esses saberes controlavam, pelo poder de suas significações.

É nesta ótica que se pode afirmar o cunho político da epistemologia Foucaultiana, tornando-se mesmo difícil separar, ou perceber, o que, ao longo de suas reflexões, são categorias que caracterizam a sua prática científica. Sim, porque ante todas estas razões acima expostas, julgo inexacto dizer, com respeito a esse autor, que ele pertença a uma escola epistemológica (uma vez que tematiza saberes) a partir de um marco inaugurado por G. Bachelard, reformulado por C. Canguilhem e após pelo próprio Foucault que, de certa forma, aproveitou um veio de certas constatações, como a descontinuidade e a espacialização da verdade. O próprio Foucault talvez não se classifique como epistemólogo, eis que rotula a primeira fase de suas pesquisas como uma “arqueologia do saber”, quando utiliza instrumentos e materiais de análise específicos e peculiares que caracterizam o novo neste campo de pesquisas, para concluí-las quando dá início a uma outra mudança de problemática com a “genealogia do poder”. Ele mostra, assim, um trabalho fragmentado e heterogêneo que não nos possibilita formar uma ideia de unidade harmônica, de onde se pudesse extrair categorias geradoras de princípios para a execução de suas pesquisas. Há, em cada fase, uma metodologia distinta e critérios de verdade totalmente relativos ao momento e à localização do dado social. Em nenhum momento revela a preocupação de falar de uma ciência como objeto de uma investigação científica, de onde ele pretendesse provocar a ruptura com uma ideologia para, então, tratar de um conjunto de práticas científicas, como uma realidade homogênea que constituísse a unidade de uma totalidade indiferenciada da sociedade. Este seria o procedimento clássico do tratamento da ciência de uma ciência — a epistemologia — e que Foucault contraria, de início, ao rejeitar princípios inquestionáveis para os positivistas, como o primado do científico, o evolucionismo e a continuidade da história, o que se depreende de sua arqueologia e sua genealogia, bem como de seus critérios de verdade e objetividade.

Na primeira parte deste trabalho, quando procuro dar uma visão panorâmica da trajetória de Foucault sob o título de “as possibilidades do saber sobre o homem”, penso que desenvolvo uma linha descritiva que evidencia as principais questões tematizadas na sua obra e que agora, nesta segunda parte do trabalho estou debatendo. É importante retomar tal descrição porque ali já estão colocados os protocolos experimentais específicos trabalhados por Foucault, bem como seus pres-

supostos epistemológicos, o que nos possibilitará chegar a uma conclusão coerente com a descrição e a conclusão feita, justificando o até aqui afirmado.

Quando faço a resenha da trajetória arqueológica de Foucault, saliento que ele desloca o conhecimento científico, com status de verdade, para em seu lugar colocar os saberes vulgares e não vulgares o privilegiá-los como objeto de análise, nivelando-os por sua formação discursiva, dentro de normas de enunciados. Este é um primeiro momento de ruptura que denuncia a vinculação da epistemologia com a prática efetiva da ciência, ou seja, ao tematizar os diversos saberes, inclusive o científico, sobre uma determinada prática (como a Medicina, a Psiquiatria, o Direito, etc.) ele localiza, espacializa esses saberes buscando entre eles enunciados que denunciem um nível homogêneo, com os mesmos significados articulados com o momento sócio-político-econômico em que aconteceram. Daí os significados do inquérito, do exame, da vigilância, como articuladores do propósito de conhecimento e disciplinamento do homem para torná-lo dócil e útil e assim melhor adestrá-lo e utilizá-lo na produção, numa sociedade capitalista.

Essa constatação permite inferir, primeiramente, que a epistemologia da ruptura implica a descontinuidade ocasionada pela própria produção dos saberes e, conseqüentemente, concebe a verdade como fenômeno constatável por todo sujeito de conhecimento, uma vez que ela se dá concomitante com o acontecimento. Estabelece-se, desta forma, um eixo entre “prática discursiva-saber-verdade” em que o traço de univocidade é, a meu ver, um significado que está vinculado à materialidade social de uma instituição que atende ao conjunto dos interesses de um dado contexto histórico-social — em última análise, um saber. O saber é, desta maneira, um campo que coordena os interesses (manifestos em significações) e subordina os enunciados contidos nas práticas discursivas, veiculando uma verdade que é acontecimento e constatação e, conseqüentemente histórica. Isto leva a negar tanto o continuísmo da história, eis que o conhecimento é acontecimento, bem como o evolucionismo porque há a ruptura entre os saberes que adquirem um status científico, ou não. É por este motivo que afirmei anteriormente que a ciência não é possível sem o saber, enquanto que este prescinde daquela. A ciência inscrever-se-á num saber, conforme demonstra Foucault, quando procurar estruturar alguns de seus objetos, sistematizando os seus enunciados e formali-

zando alguns de seus conceitos e estratégias, instante em que se dará a ruptura com os saberes vulgares, articulando-se, então, com o poder.

Emerge, neste ponto da reflexão, o que pressuponho ser para Foucault a ideologia. Na medida em que a ciência se inscreve num dispositivo de poder com a instituição, estabelece-se o vínculo saber científico/poder ditador de verdade. A verdade, enunciada na formação discursiva do saber científico, portanto, será aquela verdade que serve ao poder e está adstrita à dada instituição. Consequentemente, a questão da ideologia, em Foucault, está imbricada no vínculo saber/ poder e, por aí, opõe-se à questão da possibilidade da neutralidade do saber.

Em outras palavras, quero dizer que ao se falar da ideologia em Foucault estar-se-á ao mesmo tempo explicitando o problema da neutralidade com a qual ele não se ocupa. Ou melhor, para Foucault a neutralidade não é um objetivo pelo qual ele se debata em sua investigação porque se ele privilegia como objeto de análise os saberes encarnados nas práticas discursivas e não discursivas, sem hierarquizá-los a partir da ciência e, ao mesmo tempo vincula o saber ao poder e vice-versa, está obviamente negando a possibilidade de um saber neutro, porque este terá sempre um significado ou político, ou social, ou econômico, ou religioso, ou moral, ou pedagógico, etc...

Da mesma forma que a neutralidade não é buscada por Foucault, a ideologia se torna em sua concepção uma instância inelutável, definitivamente inscrita na prática discursiva ou não, como articuladora do conjunto das significações sociais e diretamente inspiradora do saber/ poder. Assim, se o saber congrega essas práticas e serve de base para a ciência, o aparecimento desta não põe fim aos saberes que a erigem, antes com eles convive, estando a ideologia, nestas condições, espalhada no tecido social, veiculada nos discursos e impregnada nas práticas sociais. Não forma, pois, a antinomia ciência/ideologia, antes coloca-se ao par.

Isto posto, se infere que aquilo que Foucault aponta como ideologia é, em síntese real, o saber, deve-se reconhecer que a materialidade de sua existência em uma determinada formação social permeia todas as práticas e obviamente a científica. A partir disto, a história de uma ciência somente pode ser concedida em sua relação com a história dos saberes que a envolvem, ou seja, com a história dos acontecimentos emersos das práticas discursivas e não discursivas.

Chego, afinal, à conclusão que tematizando o processo de construção dos indivíduos disciplinados dentro de uma sociedade normalizada — ao mesmo tempo condição de possibilidade para o surgimento das Ciências Sociais e objeto de sua preocupação — Foucault constrói como seus objetos de investigação o saber e o poder materializados nas práticas discursivas e não discursivas, mudando, desta forma, a problemática da tradição positivista e instaurando uma nova “trajetória epistemológica”.

Essa nova trajetória tem traços peculiares que, por objetivar o saber/poder que se engendram mutuamente, assume o saber e, por conseguinte, a ideologia, como um reflexo da estrutura social, efeito das práticas institucionais, o que obviamente impede a autonomia quer do saber, quer da ideologia. Por outro lado, ao trabalhar sobre as práticas discursivas a questão do sujeito de conhecimento é totalmente relativa ao objeto de conhecimento, portanto, envolvido com o saber/poder e fora da falsa alternativa continuidade/descontinuidade porque imerso na dispersão do acontecimento. O ponto de vista do sujeito e a posição do objeto estão pois, em consonância com o acontecimento e deslocados de um status privilegiado na arqueologia-genealogia Foucaultiana. A categoria de objeto arrasta com ela o seu correlato sujeito, provocando, ao dizer do autor, um “retorno de saber” que significaria, penso, o cunho político dessa epistemologia, pois que “A genealogia seria ... com relação ao projeto de uma inscrição dos saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais — menores, diria talvez Deleuze — contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos intrínsecos de poder, eis o projeto destas genealogias desordenadas e fragmentárias. Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem desta discursividade. Isto para situar o projeto geral”⁽²³⁾.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. FOUCAULT, Michel — Microfísica do Poder, Ed. Graal, RJ, 1981, 2ª ed. p. 113.
2. ————— p. 140.
3. ————— p. 141.
4. MACHADO, Roberto — Ciência e Saber — A trajetória da arqueologia de Foucault, Ed. Graal, 1ª ed., RJ, 1982 — p. 135.
5. ————— p. 136.
6. ————— p. 148.
7. ————— p. 152.
8. ————— p. 189.
9. FOUCAULT, Michel — Vigiar e Punir, História das Violências nas Prisões — Ed. Vozes, Petrópolis — RJ, 1977.
10. ————— p. 127.
11. ————— p. 189.
12. ————— p. 171.
13. M.F. — Microfísica do Poder, op. cit. p. 186.
14. M.F. — Vigiar e Punir — op. cit. p. 183.
15. R.M. — Ciência e Saber — op. cit. p. 198.
16. M.F. — Vigiar e Punir — op. cit. p. 172.
17. M.F. — Microfísica do Poder — op. cit. p. 148.
18. ————— p. 179.
19. ————— p. 181.
20. ————— p. 183.
21. ————— p. 185.
22. M.F. — Vigiar e Punir — op. cit. p. 195/6.
23. M.F. — Microfísica do Poder — op. cit. p. 172.